

LITERACIA, GLOBALIZAÇÃO E PÓS-FORDISMO

Paulo Jorge Pires Vargues¹

Resumo: O presente ensaio remete para a análise da centralidade da literacia face ao impacto da globalização sobre a organização do trabalho, nomeadamente o caso do fordismo. Com efeito, a globalização conduziu à reestruturação das sociedades e economia contemporâneas, repercutindo-se na crescente importância da posse de capital social e humano por parte dos cidadãos num contexto de flexibilidade laboral e polivalência.

O ensaio divide-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se uma reflexão teórica sobre o papel que a literacia pode desempenhar no quadro da globalização e neoliberalismo que suportam o capitalismo financeiro vigente. Na segunda parte, pretende-se constatar em que medida a literacia em geral e a formação profissional em particular, são vistos e valorizados enquanto fatores que contribuem para o capital humano numa economia globalizada e em constante inovação decorrente do pós-fordismo.

Palavras-chave: literacia, globalização, pós-fordismo

1. Os impactos da globalização e a literacia

A obra de Anthony Giddens intitulada “Para Além da Esquerda e da Direita – O Futuro da Política Radical” deve ser lida e interpretada à luz do contexto pós-guerra fria e da aparente perda de importância do confronto entre ideologias na sequência do fim da União Soviética. Assim, Anthony Giddens acaba por defender a tese de uma “terceira via” bem nítida nesta obra quando chega a sugerir, nas suas palavras “[...] uma estrutura sextúpla de uma política radical reconstruída, inspirada no conservadorismo filosófico, mas preservando alguns dos valores fulcrais até agora associados ao pensamento socialista” (Giddens; 1997: 11).

Com efeito, Giddens assumiu-se como um dos principais defensores e difusores desta conciliação ou síntese entre o capitalismo de livre mercado e o socialismo

¹ Doutorando em Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo na Faculdade de Economia / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

democrático, como resposta à ascensão das políticas neoliberais por parte de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Por outro lado, Guy Standing (2014: 26)) defende que os pensadores neoliberais não gostavam do Estado, o qual viam como demasiado centralizado, que limitava e afastava o investimento, com consequências na diminuição do emprego. Este autor define a ideia da “terceira via” da seguinte maneira: “A tragédia foi que, embora o seu diagnosis tenha feito, parcialmente, sentido, o seu pronosis estava marcado por uma grande insensibilidade. Ao longo dos trinta anos seguintes, a tragédia foi agravada pelo facto de os partidos políticos sociais-democratas [...] terem acabado por aceitar, desajeitadamente, tanto o diagnóstico como a receita” (Standing; 2014: 26).

Anthony Giddens conclui que um dos factores determinantes para compreendermos o contexto alterado da vida política reside na influência da intensificação da globalização. Aliás, sobre a globalização este sociólogo afirma:

A globalização não é apenas, ou até principalmente, um fenómeno económico e não deve ser equacionado com a emergência de um “sistema-mundo”. A globalização tem a ver de facto com a transformação do espaço e do tempo. Defini-la-ia como acção à distância, relacionando a sua intensificação nos anos mais recentes com a emergência de meios de comunicação global e instantânea e de transporte de massa (Giddens; 1997: 4).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho “[...] a liberalização do comércio internacional, a expansão do IDE e a emergência de movimentos financeiros transfronteiriços maciços são as principais características da globalização” (OIT; 2005: 35). Também Göran Therborn (1999) refere uma profunda mudança na dinâmica do mercado, em que o predomínio das empresas dá lugar aos mercados transnacionais. Ainda segundo o mesmo autor, verifica-se um aumento dos fluxos de capitais transnacionais que se prende com mudanças institucionais de que são exemplo o fim do sistema de Bretton Woods e o aumento exponencial dos fluxos transfronteiriços de títulos e acções. Therborn conclui igualmente que a regulação pública dos meios de produção, transporte e comunicação dá lugar a privatizações.

A atual fase pós-fordista do capitalismo, retratada por Boltanski e Chiapello (1999) privilegia a autonomia, a criatividade, a polivalência, a flexibilidade, o trabalho por

projecto e em rede, a realização pessoal e o autocontrolo. Todavia este denominado Novo Capitalismo implica novas e intensas formas de exploração.

Dotados de forte autonomia e flexibilidade, os trabalhadores, em especial os mais qualificados, protagonizam uma intensificação, sem precedentes, do envolvimento no trabalho e vão perdendo progressivamente os dispositivos de segurança conquistados. A precarização do emprego, o trabalho a tempo parcial, o desemprego, o aumento da exclusão social e da pobreza e, de um modo geral, o aumento das desigualdades sociais, tornam-se então marcas dominantes de um capitalismo que se reestrutura profundamente (Ávila; 2008: 29).

Assim, as pessoas passam, cada vez mais, a estar dependentes dos seus recursos e sagacidade, esperando-se das mesmas que encontrem soluções individuais para problemas que foram socialmente gerados. Essas soluções passariam pelo uso e aperfeiçoamento das suas habilidades e capacidades (Bauman; 2013: 26).

Com efeito assiste-se a um processo de precariedade resultante da crença de que os países deviam incrementar a flexibilidade do seu mercado de trabalho, o que implicou uma “agenda para transferir os riscos e a insegurança para o lado dos trabalhadores” (Standing; 2014: 19).

[...] A flexibilidade teve muitas dimensões: a flexibilidade dos salários significava acelerar o ajustamento às mudanças que se verificavam na procura, particularmente no sentido da sua diminuição; a flexibilidade no emprego significava a capacidade de as empresas, facilmente e sem custos, poderem alterar os níveis de emprego, significava especialmente a sua capacidade de reduzir o número de trabalhadores, o que implicava uma redução da segurança e protecção do vínculo laboral; a flexibilidade profissional significava ser capaz de movimentar os funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho, sem grande oposição e com custos mínimos; a flexibilidade de competências significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores (Standing; 2014: 27).

Ricardo Antunes (2006) elenca os motivos que levaram à crise do taylorismo/fordismo como modelo paradigmático de organização do trabalho, verificável a partir da década de 70 do século XX: i) queda da taxa de lucro; ii) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; iii) hipertrofia da esfera financeira; iv) maior concentração de capitais graças às fusões entre as

empresas monopolistas e oligopolistas; v) crise do *welfare state*; vi) incremento acentuado das privatizações.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do sector produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...]” (Antunes; 2006: 31).

Anthony Giddens sublinha que, no que diz respeito ao trabalho, se registaram mudanças profundas na estrutura familiar tradicional de matriz patriarcal, com a entrada da mulher no trabalho, por exemplo. Esbateu-se a diferença entre vida profissional e vida social, assim como se assistiu a uma maior autonomia e flexibilidade nas contratações. Tudo isto em nome da competitividade e da produtividade. Em suma, para Giddens, o Estado-Providência falhou porque no passado o Estado era forte e os riscos ainda eram considerados como sendo exteriores e colmatados através de programas de segurança social. Hoje, com a globalização e a reflexividade social, nenhuma destas condições permanece válida.

Boaventura de Sousa Santos afirma que o Estado Providência é o resultado de um compromisso entre o Estado, o capital e o trabalho, nos termos do qual os capitalistas renunciam a parte da sua autonomia e dos seus lucros, ressalvando que isto acontece no curto e não no médio prazo. O Estado gere este compromisso transformando o excedente libertado, leia-se os recursos financeiros que advêm da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais, em capital social (Santos; 1990).

Para este autor, o capital social assume duas formas fundamentais, a saber: o investimento social e o consumo social. Assume particular importância a primeira destas formas, visto que podemos aceitar a formação profissional como sendo um investimento social.

O investimento social é o conjunto das despesas em bens e serviços que aumentam a produtividade do trabalho e, portanto, a rentabilidade do capital investido e incluem despesas tão díspares como as despesas com parques industriais subsidiados pelo Estado, auto-estradas, portos e aeroportos, electricidade para a indústria, planos de rega, telecomunicações, formação profissional, investigação científica aplicada (Santos; 1990: 194).

Parece ser consensual que um dos grandes desafios com que Portugal se confronta neste início do século XXI sob a égide da globalização, reside na capacidade de proporcionar um desenvolvimento harmonioso nos domínios profissional e pessoal da população ativa. De facto, a qualidade de vida dos indivíduos, a produtividade das organizações que os empregam e a afirmação da competitividade da economia constituem um triângulo decisivo face às profundas mudanças tecnológicas numa economia cada vez mais globalizada.

Referindo-se ao impacto que o processo de globalização teve nas pessoas a Organização Internacional do Trabalho (2005: 63) afirma que “[...] os trabalhadores pobres, analfabetos e sem qualificações bem como os povos indígenas foram os perdedores”.

Por outro lado, o mesmo documento da OIT sublinha que entre os vencedores da globalização estão as pessoas instruídas e qualificadas que dispõem de capital e capacidade empresariais (OIT; 2005: 62). Esta mesma instituição dá destaque à educação como um sector prioritário de investimento. “A educação por exemplo, é um factor essencial numa economia global onde a instrução, as competências e o saber são cada vez mais importantes para se sobreviver, (...) para se ter êxito” (OIT; 2005: 64).

No contexto europeu, e no que respeita à educação, as diferenças entre Estados centrais e periféricos remonta ao século XIX e perduram nos dias de hoje. Na Escandinávia e áreas de expressão alemã as taxas de alfabetização rondavam os 90%, enquanto nos países do Sul (Portugal, Espanha e sul de Itália) não ultrapassavam os 50% ou, em alguns casos, nem sequer 25%. Nas zonas de implantação do protestantismo (Escandinávia e Alemanha) era incentivado o acesso direto por parte dos crentes aos textos religiosos, o que fomentou a aprendizagem da leitura e da escrita. Nos países de população católica o fenómeno era o inverso, assistindo-se a uma hostilidade ao livro. Esta diferença de fundo verificável nos planos religioso e cultural repercute-se nas taxas de alfabetização, com consequências no desenvolvimento económico das diversas regiões. Constata-se uma profunda

semelhança entre o mapa da industrialização no continente europeu no início da década de 1970 e o mapa da alfabetização no início do século XX (Ávila, 2008:64-65).

Por sua vez, se incidirmos a nossa atenção nos países mais afetados pela crise das dívidas soberanas nos anos de 2010 a 2013 (Grécia, Portugal, Espanha, Itália) sendo que no caso irlandês tratou-se essencialmente de um colapso da banca, verificamos que esse sobreendividamento do Estado, das famílias e das empresas ocorreu nos países com mais baixas taxas de alfabetização e literacia. Na verdade outras das consequências trágicas da globalização acabou por se materializar no enorme aumento do papel e influência dos organismos financeiros privados. Com efeito, as “[...] agências de notação determinam se os países podem aceder ao empréstimo soberano e, no caso afirmativo, definem o custo” (OIT; 2005: 47).

A literacia de uma população ganha particular relevância em relação a situações do quotidiano que requerem um considerável nível de processamento de informação. No caso do crédito para a compra de uma casa ou de um automóvel torna-se imprescindível a posse de competências básicas de leitura e escrita, com vista a uma tomada de decisão consciente e ponderada.

Nos quadros de vida contemporâneos, grande parte da capacidade de enfrentar satisfatoriamente uma infinidade de pequenos episódios recorrentes praticamente incontornáveis no decurso do dia-a-dia (por exemplo, consultar um horário de transportes públicos ou uma lista telefónica, fazer compras domésticas ou movimentar uma conta bancária), ou de realizar certos actos pontuais mas com implicações decisivas para a vida de cada um (como a candidatura a um emprego ou a compra de uma casa), depende da posse de competências básicas de leitura, escrita e cálculo e da respectiva utilização nessas circunstâncias (Benavente et al, 1996: 46).

A crise das dívidas soberanas, decorrente de um sobreendividamento geral do Estado, das famílias e das empresas, fruto da “globalização da economia e preponderância do capital financeiro” (Kovács; 2005: 13) atingiu de forma desigual os países da Zona Euro. Apesar de a facilidade de contração do crédito e os juros baixos serem comuns a todos os países da Zona Euro, como comum é a moeda, o sobreendividamento manifestou-se de uma forma particularmente violenta nos países com mais baixa taxa de alfabetização e literacia. Neste contexto decorrente da introdução da moeda única em Portugal, em 1999, e a sua circulação física a partir de

2002, paralelamente à consequente baixa da taxa de juro e aumento da facilidade de concessão de crédito, ganha importância a literacia financeira.

O grau de literacia financeira corresponde ao nível de comportamento e conhecimentos adquiridos pelo cidadão através da formação financeira, seja nas escolas, seja por intermédio de literatura específica. Para que a literacia financeira seja a ideal, tem que permitir usar as informações de modo mais eficiente na hora de tomar decisões, promovendo a poupança e prevenindo o endividamento. Segundo o relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa em 2010, 61% dos 2000 entrevistados responderam que não sabem o que é o *spread*² bancário. Ainda segundo o mesmo relatório, palavras como *euribor*³ e *spread*, que estão presentes em muitos contratos de empréstimo dos portugueses, são interpretados de forma incorreta por mais de metade dos entrevistados.

O endividamento das famílias é hoje um fenómeno comum a todos os países em que o crédito do consumo se transformou numa área cobiçada pelo capital financeiro. Fala-se de sobreendividamento (por vezes também referenciado como falência ou insolvência) quando está em causa a incapacidade para cumprir os compromissos assumidos (Marques et al. 2000). Esses compromissos decorrem sobretudo da contratação de crédito para compra de habitação e de diversos bens de consumo (Santos, 2011: 69).

O Estudo Nacional de Literacia (ENL), cujos dados foram recolhidos durante o ano de 1994, conclui que apenas 12,7% dos portugueses atingiu o nível 3 de literacia. Este nível é considerado, segundo os níveis de literacia do *International Adult Literacy Survey* (IALS), Estudo Internacional de Literacia, como o nível mínimo para responder às exigências do dia-a-dia incluindo as da profissão, em sociedades avançadas e complexas. Corresponde aproximadamente às competências necessárias para completar o ensino obrigatório. Tal como nos níveis mais elevados, requer a

² O *spread* (acrónimo de *Systems Programming Research Engineering and Development*), define-se pela diferença entre o preço de compra e o preço de venda, aplicado pelas instituições financeiras, tanto numa transação monetária como na transação de um título.

Por outro lado, o chamado *spread* bancário é um valor percentual definido pela diferença entre a taxa de juro que a instituição paga na captação do dinheiro e a que cobra aos clientes.

³ A *Euribor* (acrónimo de *European Interbank Offered Rate*; em português: "taxa interbancária oferecida em euro") é uma das principais taxas de referência do mercado monetário da zona euro. Indica a taxa de juros média dos empréstimos interbancários sem garantia da zona euro. O cálculo considera as taxas dos 57 principais bancos europeus, excluindo-se os valores extremos - os 15% mais altos e os 15% mais baixos.

capacidade de integrar múltiplas fontes de informação e de resolver problemas complexos (Ávila, 2008: 153). Podemos enquadrar neste nível a capacidade de interpretar um contrato de crédito para compra de habitação ou de outros bens de consumo.

Alguns autores, entre os quais se integra Elísio Estanque, consideram que se trata de um discurso redutor e ideológico a atribuição exclusiva às famílias da responsabilidade pelo endividamento. Todavia não ignoram que a inteligência, o talento e a competência têm o seu peso. Por outro lado, não podemos dissociar o endividamento de todo um contexto onde são determinantes “ (...) todo um conjunto de variáveis sociais, culturais e psicológicas que interferem nas nossas decisões e mesmo na definição dos nossos padrões de gosto e de consumo” (Estanque, 2012: 102-103).

Na verdade, a todo o momento a publicidade e o *marketing* induzem necessidades que levam às escolhas «*individuais*». Daí que Elísio Estanque afirme não ser necessário ser um especialista em sociologia para reconhecer a influência da sociedade de consumo em relação às opções do cidadão comum (Estanque, 2012: 103).

2. A formação profissional e a literacia no pós-fordismo

A formação profissional surge como um investimento social de capital importância na medida em que “Desde há muito que a educação e a formação são invocadas, no nosso país, como uma ambição de futuro e, simultaneamente, um handicap social e económico, dados os baixos níveis de literacia da população adulta” (Benavente; 2002).

Ana Benavente afirma que as competências e qualificações são decisivas para melhorar o capital humano, que por sua vez é decisivo para ao desenvolvimento das sociedades. Esta autora é da opinião que o crescimento económico e a competitividade passam também pelo desenvolvimento do capital social.

[..] o crescimento económico e a competitividade têm outras exigências, nomeadamente a do desenvolvimento do capital social (conceito recente que se diferencia do capital humano, pois reside nas relações sociais, constituiu essencialmente um bem público, resulta de investimentos das sociedades em tempo e energia, do próprio património cultural e de normas de comportamento

herdadas do passado, traduz-se em confiança e civismo e constituiu-se em todos os níveis da sociedade, da família à nação) (Benavente; 2002).

Importa aqui salientar que do ponto de vista conceptual, o “[...] capital humano é algo que abrange uma mistura de talentos e habilidades individuais inatos, bem como as competências e as aprendizagens adquiridas pela educação e pela capacitação (cf. OCDE, 2007, p.2), sendo portanto a expressão utilizada para denominar o conhecimento e as capacidades integradas nas pessoas (...), que sejam úteis na produção de bens e serviços (...)” (cf. De la Fuente & Ciccone, 2002, pp. 7 e ss.).

O gradual aumento da complexidade da sociedade portuguesa do século XXI, integrada numa economia globalizada, traz consigo a importância fulcral das novas tecnologias, do domínio de várias línguas, novos modelos de gestão das organizações produtivas que privilegiam trabalhadores mais qualificados, motivados, produtivos, pessoalmente empenhados nos objetivos da organização e com maior capacidade e apetência para o seu desenvolvimento contínuo. Este novo enquadramento da sociedade e economia portuguesas requer uma população, não apenas com um melhor nível de aprendizagem, mas com competências, tais como saber estudar, procurar e tratar a informação, trabalhar só ou em equipa, desenvolver o sentido de responsabilidade, da solidariedade, de uma cidadania ativa (Benavente; 2002).

Afinal, os que se encontram numa situação mais vantajosa em termos de escolaridade, qualificação e formação contínua tendem a aumentar ainda mais as suas vantagens em relação aos que se encontram numa situação de relativa desvantagem a esse nível (Kovács (2002) apud Costa; 2008: 28).

Com efeito, face a esta nova realidade estamos perante um novo patamar de qualificação escolar e profissional dos recursos humanos. Na verdade, nas sociedades modernas, nomeadamente na sociedade portuguesa, apesar de um aumento contínuo dos índices de alfabetização, materializado no aumento dos anos de escolarização, tal não correspondeu diretamente a uma melhoria das capacidades de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o que se repercutiu na qualidade de vida e participação social dos cidadãos.

Se o conceito de alfabetização traduz o acto de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo), um novo conceito – a literacia – traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. Tal capacidade de uso escapa, assim, a categorizações

dicotômicas, como sejam 'analfabeto' e 'alfabetizado'. Pretende-se, com aquele novo conceito, dar conta da posição de cada pessoa num continuum de competências que tem a ver, também, com as exigências sociais, profissionais e pessoais com que cada um se confronta na sua vida corrente.

Define-se então literacia como: as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana. Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos) de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal) (Benavente et al; 4: 1996).

No que diz respeito à literacia, o panorama português é desolador. A maioria dos adultos portugueses possui recursos escolares e competências de literacia muito escassos, comparativamente aos países da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Cerca de 78% dos indivíduos com idade entre os 25 e os 64 anos têm uma escolaridade inferior ao ensino secundário, segundo dados de 2003. Esta é uma situação que marca profundamente a sociedade portuguesa, pois ao mesmo tempo que é patente o défice de qualificações escolares da população adulta, o mesmo reflete-se em dificuldades quanto às competências de processamento quotidiano da informação escrita. Por outro lado, esses défices de escolarização são reforçados e agravados, por níveis de literacia⁴ desses mesmos indivíduos (Ávila; 2008).

Ainda segundo Patrícia Ávila, existe uma identificação entre categorias socioprofissionais e literacia, surgindo esta como uma condição fundamental no acesso às posições mais favoráveis na estrutura social. Todavia, esta autora é da opinião que a importância da literacia ultrapassa a componente socioprofissional.

Também o acesso à cultura e à informação, e a possibilidade de agir de forma autónoma nas sociedades actuais, surgem associados, de forma clara, à literacia. Enquanto os indivíduos com elevadas competências, ou de nível intermédio, têm uma forte autonomia e têm acesso à informação e à cultura, por exemplo através da leitura regular de jornais, revistas ou livros (para já

⁴ O nível 0 corresponde a quase analfabetismo; o nível 1 permite a identificação de uma ou mais palavras num texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético; o nível 2 refere-se à capacidade de associação de palavras ou expressões que se encontram em suportes impressos ou, então, o encadeamento de duas operações aritméticas simples; o nível 3 é associado à capacidade de processamento da informação com mais elevado grau de complexidade, selecionar e organizar informação, fundamentar uma conclusão ou decidir que operação numérica realizar; o nível 4 diz respeito à capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas (Benavente, 2002 *in* Economia Pura, p. 22)

não falar actualmente, da internet), os que detêm menos competências não podem exercer plenamente a sua cidadania: dependem fortemente de terceiros e estão mais afastados do acesso à cultura e à informação quando veiculados através da informação escrita (Ávila; 2005: 274-281).

Tendo em consideração estas novas realidades nacional e internacional, a formação profissional assume um papel preponderante face a um contexto de permanente mudança. Assim, "(...) o desempenho de uma função requer a utilização permanente de novos conhecimentos e de competências cada vez mais complexos, pelo que a formação profissional assume um papel chave neste processo" (Velada; 2007: 13).

No entanto, no estudo sobre literacia em Portugal coordenado por Ana Benavente, conclui-se que para a eficácia da formação profissional é necessária uma melhor articulação entre a aquisição de competências técnicas e a aquisição de competências de literacia, assim como se alerta para o facto de o tecido económico assentar em postos profissionais de baixa qualificação.

[...] na formação profissional, para onde convergiram, recentemente, recursos financeiros significativos, descurou-se em geral uma articulação cuidadosa entre a aquisição de competências técnicas e a aquisição de competências de literacia. Uma articulação desse tipo é (...) também indispensável à própria eficácia da formação profissional de uma população adulta com perfis de literacia tão deficitários (Benavente et al.; 1996: 403).

Este atraso imenso no que concerne ao capital social detido pela população ativa portuguesa, num quadro de integração europeia, levou António Dornelas a questionar-se se seria possível aumentar substancialmente os níveis de educação e qualificação de uma tão grande faixa da população ativa portuguesa sem ser necessário para tal proceder a uma profunda transformação dos sistemas de ensino e formação profissional. (Dornelas; 1999: 54).

Para Ana Benavente (2002) as competências e qualificações são decisivas para melhorar o "*capital humano*". Porém, fatores como o crescimento económico e a competitividade têm exigências ao nível do desenvolvimento social, pois este reside nas relações sociais e constitui um bem público, resulta de investimentos das sociedades em tempo e energia, traduz-se em confiança e civismo e constitui-se em todos os níveis da sociedade, da família à nação.

Entre 1915 e a década de 1970 vigorou o modelo de organização da produção fordista que obedecia aos seguintes princípios (Oliveira, 2011, p.35): racionalização das operações, divisão de tarefas, processo produtivo partilhado, padronização das peças. Este modelo assentava em baixas qualificações “[...] Há 25 anos atrás haviam bastantes trabalhadores pouco qualificados [...] dentro de todas as economias industrializadas” (Appelbaum, apud Oliveira, 2011: 43).

Joaquim Oliveira (2011) constata que a formação profissional no quadro da atual organização da produção está vocacionada para a polivalência funcional num contexto dum mercado transicional concebido pelo modelo toyotista, o qual se caracteriza pela flexibilidade, adaptabilidade e flexigurança com todas as consequências inerentes.

Richard Sennett refere na sua obra *A Cultura do Novo Capitalismo*:

Se o risco se converteu num valor dominante, deveríamos esperar que os trabalhadores temporários, os que mudam constantemente de emprego e outros que flutuam sob a elite da vanguarda no mesmo tempo fluido de trabalho, beneficiassem de um estatuto mais relevante. Como descobri ao preparar *A Corrosão do Carácter*, os trabalhadores temporários consideram muitas vezes satisfatórios os primeiros anos de trabalho flutuante. Mas dizem que se ele se prolongar muito, esse tipo de trabalho acaba por frustrá-los (Sennett, 2006:58).

A mudança de paradigma na organização do trabalho referida começou a ocorrer após a década de 1970 na sequência dos fenómenos referenciados por Nyahn (2002:29), a saber: a globalização, a difusão das tecnologias de informação e comunicação, a modificação das preferências dos consumidores e a constituição de um mercado único europeu.

Estes fenómenos desencadearam a emergência do modelo de produção *toyotista*⁵ em detrimento do modelo *fordista*.

A posse de competências de literacia ganha particular importância quando, segundo Oliveira (2011), estes três conceitos (flexibilidade, adaptabilidade e flexigurança) concretizam “[...] a institucionalização política de um sistema laboral que se pretende flexível [...] desde as décadas de 80 e 90”. O autor cita o relatório Supiot, 1999, pp.291

⁵ O contexto laboral, concebido pelo modelo produtivo toyotista, denomina-se mercado de trabalho transicional, o qual pode ser definido como um sistema que promove o sucesso económico de um capitalismo esgotado, através do estímulo ao emprego precário e humanamente indigno, subtilmente eximido dos direitos de proteção social (Oliveira, 2011: 64).

e ss. Sobre as mudanças ocorridas: fragmentação dos vínculos contratuais, perda de estatuto profissional, fragmentação da jornada laboral diária, relaxamento das práticas hierárquicas, complexificação da remuneração, perda de influência dos sindicatos e entrada na mulher no mercado de trabalho.

Oliveira (2011: 79) destaca ainda o facto de, não só Portugal (embora esse problema seja mais visível como se constatou ao longo deste trabalho), como a Europa, viverem uma desajustação de competências em relação à estrutura produtiva decorrente de um mundo globalizado. O autor enfatiza que essa desajustação tem origem em várias causas, tais como: a insuficiência de formação profissional, ineficiência dos atuais sistemas de educação e formação, na resposta atempada às mudanças do mercado de trabalho e à obsolescência de conhecimentos, tendo em conta o progresso tecnológico.

Em relação a este modelo pautado pela flexibilidade e colocando o enfoque nas qualificações, Ilona Kovács refere:

Para alguns, como por exemplo, para os mais qualificados, o trabalho flexível pode fornecer oportunidades adicionais para trabalhar, pode permitir obter rendimentos suplementares às famílias ou uma melhor articulação entre o tempo de trabalho, as responsabilidades familiares e/ou o tempo de lazer.

Mas, para muitos outros, essas modalidades podem traduzir-se em menores níveis salariais, numa redução da protecção social, no reduzido ou falta de acesso à formação profissional e, ainda em menores oportunidades de progressão na carreira (Kovács; 2005: 19).

Neste quadro, os sindicatos têm um papel fundamental a desempenhar na medida em que “[...] emprego, sindicalização, acção reivindicativa e negociação, organização sindical, formação, igualdade de oportunidades, juventude, etc. [...] se encontram também cada vez mais articuladas entre si” (Costa; 2008: 53).

Com efeito, importa salientar que esta globalização sob a batuta do neoliberalismo não teve a resposta correspondente por parte de um sindicalismo globalizado.

O desafio da edificação de uma PRI [Política de Relações Internacionais] é tanto maior quanto se sabe que as organizações sindicais nacionais estão sobretudo talhadas para intervir no plano nacional. Muito embora as opções globais subjacentes a uma PRI reflectam anseios sindicais longínquos – como a solidariedade operária internacional ou a luta pela paz e pelos direitos humanos –, é nas raízes nacionais que estão as origens do sindicalismo (Costa; 2008: 52).

Para terminar, convém salientar que as próprias centrais sindicais – de que são exemplo a CGTP portuguesa e a CUT brasileira – reconhecem a necessidade de os sindicatos saírem da sua esfera estritamente nacional e abrirem-se a “estratégias transnacionais e transclassistas” (Costa; 2008: 249). Na verdade, esse “sindicalismo de movimento social transnacional” surge como fundamental para a consistência de uma Política de Relações Internacionais coerente.

3. Considerações finais

A centralidade da literacia face às consequências do impacto da globalização, nomeadamente nos domínios económico e socioprofissional (OIT; 2005, Kovács; 2005, Ávila; 2008) na sociedade portuguesa contemporânea, assume uma dimensão *sui-generis* no contexto da União Europeia. Todavia, o impacto da globalização afectou de forma muito severa toda a Europa, embora em Portugal tal tenha ocorrido com especial severidade, pois a literacia acaba por ser estruturante de múltiplas dimensões da vida social. A globalização sob a forma de capitalismo financeiro neoliberal trouxe aos cidadãos a percepção de estarem afastados dos processos e dinâmicas a ela inerentes.

A deslocalização das empresas, fruto do processo de globalização que se intensificou com o fim da Guerra Fria, o desenvolvimento das novas tecnologias (nomeadamente a internet) ou a adesão da China à Organização Mundial de Comércio em 2002, tirou o sentimento de pertença de uma empresa a uma comunidade específica. Tal como afirma Senett, “Hoje em dia, localidades, cidades ou nações receiam que se exercerem a sua soberania, por exemplo impondo taxas ou restringindo despedimentos sumários, uma empresa possa encontrar com a mesma facilidade outra ilha na rede, uma fábrica no Canadá se não puder ser no México, um escritório em Boston se não puder ser em Manhattan” (Sennett; 2007: 209).

A literacia, e mais concretamente a formação profissional, constituem, num quadro dum Estado Providência um investimento social (Santos, 1990), no sentido da valorização dos capitais social e humano dos cidadãos. De facto, os três modelos

clássicos de ensino e formação profissional europeus (o modelo liberal, orientado pela economia de mercado, do Reino Unido, o modelo burocrático, estatizado, de França, e o modelo dual-empresarial, da Alemanha) emergiram em Estados-Providência, embora assumindo dimensões diferentes de país para país, no que diz respeito ao peso do papel do Estado. Em Portugal, a formação profissional afirmou-se aquando da normalização democrática decorrente da revolução de 25 de Abril de 1974, sendo que esta possibilitou a emergência de um Estado-Providência ainda que de contornos semiperiféricos.

Com a crise do Estado-Providência num contexto de pós-fordismo, estamos hoje a assistir ao advento de uma nova cultura do capitalismo que torna pertinente a posse de competências de literacia, para uma melhor inserção por parte dos cidadãos de uma sociedade semiperiférica num mundo laboral individualizado, globalizado, flexível e desregulado. O presente ensaio procurou dar um contributo para a reflexão sobre a centralidade da literacia numa sociedade em que o modelo vigente ao longo dos Trinta Gloriosos anos de crescimento entra em colapso. Esse modelo, que atingiu o seu auge na Suécia da década de 1970, baseava-se em conceitos como keynesianismo e social democracia (Regini; 1995 *apud* Costa; 2008), que na década de 1980 foram substituídos pelos conceitos de monetarismo⁶ (Friedman; 1992) e neoliberalismo.

Costa-Gavras, cineasta grego naturalizado francês, retratou de forma magistral e com grande assertividade, no seu filme “Le Couperet”, em 2005, a questão da deslocalização das empresas da França para a Europa de Leste. A história conta-se muito resumidamente da seguinte maneira: Bruno Davert era quadro superior de uma empresa de papel. Despedido na sequência de medidas de deslocalização e redução de pessoal, decide recuperar a sua vida e procurar outro emprego...Anos depois continua no desemprego e a frustração começa a destruir a sua vida pessoal. Então desenvolve o plano perfeito para voltar ao seu emprego e recuperar a vida que tinha: só tem de eliminar a concorrência, um a um, matar a pessoa que ficou com o seu trabalho e qualquer candidato com melhor experiência que ele...Torna-se um *serial-killer* com uma vida dupla.

⁶ Milton Friedaman, mentor do monetarismo, apontava o rápido crescimento das despesas públicas, a política de pleno emprego e uma incorreta política monetária por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos, como causas da crise inflacionista dos Estados Unidos e Reino Unido da década de 1980.

4. Referências bibliográficas

- Antunes, Ricardo (2006/9.ª edição) *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Ávila, Patrícia (2005) *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na sociedade do conhecimento*. Tese de doutoramento em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Ávila, Patrícia (2008) *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Lisboa: Celta Editora.
- Banco de Portugal (2010) *Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa*. Disponível em <http://www.bportugal.pt/ptPT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdelInformacao/Documents/RelatorioinqueritoLiteraciaFinanceira.pdf>, Acedido em 5 de março de 2013.
- Bauman, Zygmund (2013) *Danos Colaterais. Desigualdades Sociais numa Era Global*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Benavente, Ana (2002) “Capital Social: Um desafio que precisa de todos” *Economia Pura*, Número 46, 22-32.
- Benavente, Ana; Rosa, Alexandre; Costa, António Firmino da; Ávila, Patrícia (1996) *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.*
- Botanski, Luc e Ève Chiapello (1999) *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Costa, Hermes Augusto (2008) *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- De la Fuente, A.; Ciccone, A. (2002) “Human Capital in a Global and a Knowledge-based Economy” *Employment & social affairs*. Luxembourg: European Commission.
- Dornelas, António (1999) “Trabalho e Emprego: perspectivas futuras” in Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Instituto de Sociologia *Jornadas Emprego e Organizações: mudanças e novas perspectivas*. Porto, 20-21 de novembro de 1999. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Estanque, Elísio (2012) *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Friedman, Milton (1992) *O Poder do Dinheiro: episódios da história monetária*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Giddens, Anthony (1997) *Para além da Esquerda e da Direita: o Futuro da Política Radical*. Oeiras: Celta Editora.
- Greinert, Wolf-Dietrich (2004) “Sistemas de formação profissional europeus – algumas reflexões sobre o contexto teórico da sua evolução histórica” *Revista Europeia de Formação Profissional*, número 32, 18-26.

- Kovács, Ilona (2005) "Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projecto de investigação" in I. Kovács (org.), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta, 11-53.
- Nyhan, B. (2002) "O Desenvolvimento de Recursos Humanos na Europa numa encruzilhada" *Revista Europeia de Formação Profissional*, número 26.
- OCDE (2007) "O Capital Humano: como o seu conhecimento compõe a vida" *OECD Insights*, Paris: OECD.
- OIT/Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005), "A globalização: natureza e impacto", in *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*. Oeiras: Celta, 35-67.
- Oliveira, Joaquim (2011) *A Formação Profissional no Mercado Transicional em Portugal*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sennett, Richard (2007) *A Corrosão do Carácter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sennett, Richard (2007) *A Cultura do Novo Capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Standing, Guy (2014) *O Precariado. A Nova Classe Perigosa*. Barcarena: Presença.
- Supiot, A. (1999) *Au-delà de l'emploi*, Rapport pur Commission Européenne, Paris: Flammarion.
- Therborn, Göran (2012) *Do Marxismo ao Pós-Marxismo*, São Paulo: Boitempo.
- Velada, Ana R. (2007) *Avaliação da Eficácia da Formação Profissional: Factores que afectam a transferência da formação para o local de trabalho*. Tese de doutoramento em Psicologia Social e Organizacional. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.